

Companhia Industrial Cataguases e Controlada

Relatório da Administração e

Demonstrações Contábeis de 2019

Objeto de Publicação

Relatório da Administração

Senhores acionistas:

Submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia Industrial Cataguases, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparado em conformidade com as normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) e às práticas adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) aplicáveis às operações da Companhia.

Mensagem da Administração

Segundo o Banco Central, a economia brasileira cresceu 0,89% em 2019, terceiro ano seguido de expansão econômica. O ano foi marcado pela transição, com o início de um novo governo, que trouxe mudanças na política econômica do País e uma agenda de reformas. O ano começou com expectativas positivas para a economia, mas ao longo dos meses, parte deste otimismo foi se dissipando. A demora na aprovação da Reforma da Previdência, aliada a diversas crises políticas e a níveis de desemprego ainda elevados, reduziu a confiança dos empresários e consumidores, e criou entraves à recuperação econômica do país.

No setor têxtil, segundo Fernando Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), o ano de 2019 começou com otimismo, que se esvaneceu ao longo do primeiro semestre. “Atingimos o ponto mais baixo da confiança entre junho e julho. A queda das exportações para a Argentina também afetou o setor. Segundo estimativas ainda preliminares, a produção de têxteis recuou 1% no ano passado, enquanto a de vestuário subiu 0,6%”.

Tais eventos macroeconômicos nacionais afetaram também nossa Companhia. Além do rescaldo das mudanças estruturais promovidas no ano anterior, 2019 se mostrou especialmente desafiador. A Companhia experimentou pressões de custos diversos que não foram integralmente absorvidos pelo mercado em geral, neste cenário apesar de um discreto crescimento de 0,2% na receita líquida, os aumentos de custos nos levaram a um prejuízo operacional de 21%.

Visando adequar-se ao momento econômico, e às novas demandas de mercado, a Administração reforçou e intensificou os ajustes necessários às suas estruturas internas e os gastos associados às mesmas. O quadro de funcionários foi profundamente reduzido, tanto na área produtiva como administrativa. Apesar do ônus imposto ao caixa e resultado da Companhia no primeiro momento, temos expectativa de já neste ano colher os frutos desta reestruturação nos resultados da empresa.

Para fazer frente aos desembolsos desta reestruturação e na busca pelo equilíbrio de caixa, foram estabelecidas novas metas bastante arrojadas que colocaram os estoques da empresa a níveis próximos a 50% do patamar atingido em anos anteriores.

Diante dos resultados negativos experimentados pela empresa nos últimos anos, tornou-se imprescindível aliviar a pressão sofrida no fluxo de caixa pelas parcelas de amortização dos financiamentos que venciam no curto prazo. Com o objetivo de adequar o fluxo de amortização dos financiamentos à geração de caixa atual, a empresa contratou assessoria externa especializada para renegociar e alongar suas linhas de crédito junto

aos bancos credores. Este trabalho culminou no alongamento do endividamento conforme demonstrado na nota 17, demonstrações financeiras da Companhia.

Por fim, em função do ajuste feito na estrutura, com a redução do quadro de colaboradores e diminuição da capacidade instalada, a empresa decidiu se desfazer de ativos tornados ociosos, gerando caixa adicional e permitindo a transferência do Centro de Distribuição para o mesmo espaço físico da Fábrica, otimizando custos e agilizando processos internos.

Em 2019 a Companhia obteve decisões favoráveis em trânsito em julgado que determinou a exclusão do ICMS da base de cálculo dos tributos de PIS e COFINS. Essas decisões compreendem o período de apuração de tributos de janeiro de 2000 a dezembro de 2014. Em dezembro de 2019, com base no deferimento do pedido de habilitação do crédito junto à RFB, a Companhia reconheceu o montante de R\$41 milhões, sendo 19,2 milhões de principal e atualização monetária da ordem de R\$ 21,8 milhões.

I - EBITDA (*Earns Before Interest Taxes Depreciation and Amortization*) Ajustado e Resultado Líquido do Exercício

O EBITDA Ajustado do exercício de 2019 foi positivo em R\$ 2,8 milhões. O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com as demonstrações financeiras. O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável às medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias. A Companhia divulga o EBITDA Ajustado pois utiliza esse indicador como uma de suas medidas de desempenho.

Reconciliação do EBITDA:

	2019	2018
Resultado líquido do exercício	7.291	(4.091)
(+) IRPJ e CSLL	67	8.622)
(-) Resultado financeiro	19.212	2.750
(+) Depreciação e Amortização	6.459	6.377
EBITDA (Segundo a metodologia da Instrução CVM 527/12)	(5.395)	(9.086)
(+) Efeitos líquidos IFRS	8.267	8.049
EBITDA Ajustado	2.872	(1.037)
Margem EBITDA Ajustado em relação a Receita Líquida	1,62%	-0,59%

O lucro líquido apurado em 2019 foi de R\$ 7.291 mil e 2018 prejuízo de R\$ 4.091 mil.

II - Programa de Investimentos de Capital

A Administração manteve projetos de investimentos para melhoria da competitividade, aplicando em 2019 recursos da ordem de R\$ 2,67 milhões. Para o próximo exercício, estão previstos novos investimentos da ordem de R\$ 14 milhões, em projetos de melhoria de competitividade, manutenção da capacidade produtiva instalada e com intuito de atender às exigências legais e regulatórias.

III - Instrução CVM 381/03

Em atendimento à Instrução Nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, informamos:

1. A Companhia Industrial Cataguases e sua controlada durante o exercício de 2019 não adquiriram serviços de seus Auditores Externos, a não ser aqueles estritamente relacionados com a análise e emissão de parecer em relação as suas Demonstrações Financeiras.
2. Em 2019, a Companhia contratou serviços de auditoria externa obrigatórios da empresa Grant Thornton Auditores Independentes no montante de R\$211 mil, que compreendem a revisão das informações trimestrais (ITRs) e auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (DFP).
3. A Companhia tem como política atender às restrições de serviços dos auditores independentes, ou seja, assegurar que não haja conflito de interesse, perda de independência ou objetividade pelos serviços prestados por auditores independentes, não relacionados à auditoria externa. Tal independência é obtida pela prestação dos serviços por profissionais de áreas independentes da empresa de auditoria.

IV – Perspectivas

Apesar do conturbado cenário político-econômico, é possível vislumbrar uma perspectiva de melhora do ambiente de negócios, onde acreditamos poder atingir o ponto de equilíbrio.

Estão sendo tomadas ações visando recuperar a rentabilidade nas vendas do mercado interno e expandir de forma mais agressiva as exportações com foco nos mercados já tradicionais da América do Sul aliado à retomada de negócios no México e Estados Unidos.

Continuaremos mantendo a política implementada em 2019 de um rígido controle dos custos e despesas. A empresa iniciou a implantação de um programa de Lean Manufacturing visando obter importantes ganhos de qualidade e redução de custos industriais, que complementam as ações descritas acima.

V – Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia Industrial Cataguases em 2019; e confiamos no comprometimento e dedicação constantes como base para realização do nosso trabalho, garantindo a sustentabilidade e o crescimento da Companhia.

A todos, o nosso muito obrigado.

Cataguases (MG), 19 de março de 2020.

A Administração.

Companhia Industrial Cataguases

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.882	10.705	13.883	10.890
Títulos e valores mobiliários	6	316	1.342	316	1.342
Contas a receber de clientes	7	30.889	34.147	30.889	34.147
Estoques	8	39.050	63.185	39.228	63.362
Impostos a recuperar	9	7.494	3.721	7.494	3.721
Partes relacionadas	18	469	-	469	-
Outros ativos	10	1.932	1.954	1.990	2.009
Total do ativo circulante		94.032	115.054	94.269	115.471
Ativos de operações descontinuadas	30	-	-	7	7
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo:					
Impostos a recuperar	9	37.633	6.579	37.633	6.579
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	1.246	687	1.246	684
Depósitos judiciais	21	734	656	734	656
Títulos e valores mobiliários	6	1.188	2.034	1.188	2.034
Total do realizável a longo prazo		40.801	9.956	40.801	9.953
Investimentos	11	4.367	4.191	379	302
Propriedade para investimentos	12	930	900	4.230	3.900
Imobilizado	13	88.707	93.399	89.160	93.873
Intangível	14	1.451	1.198	1.451	1.198
Ativo de direito de uso - IFRS 16	-	350	-	350	-
Total do ativo não circulante		136.606	109.644	136.371	109.226
Total do ativo		230.638	224.698	230.647	224.704

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Industrial Cataguases

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Passivo circulante					
Fornecedores	15	12.862	14.351	12.863	14.351
Salários e contribuições sociais	-	1.182	1.173	1.182	1.173
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	292	-	292
Empréstimos e financiamentos	17	12.181	25.247	12.181	25.247
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	466	2	466	2
Obrigações tributárias	19	1.900	338	1.900	338
Provisões diversas	20	6.218	4.401	6.218	4.401
Partes relacionadas	18	905	310	905	310
Passivo de arrendamento IFRS 16	-	219	-	219	-
Outros passivos	-	6.943	3.486	6.943	3.486
Total do passivo circulante		42.876	49.600	42.877	49.600
Passivos de operações descontinuadas	30	-	-	1.454	1.452
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	36.117	28.656	36.117	28.656
Obrigações tributárias	19	755	797	755	797
Provisões para riscos	21	5.935	5.215	5.935	5.215
Provisões diversas	20	2.342	2.926	2.342	2.926
Partes relacionadas	18	110	254	110	254
Passivo de arrendamento IFRS 16	-	186	-	186	-
Outros passivos	-	3.763	5.695	3.763	5.695
Total do passivo não circulante		49.208	43.543	49.208	43.543
Patrimônio líquido	23				
Capital social		73.289	73.289	73.289	73.289
Ajuste de avaliação patrimonial		15.957	17.316	15.957	17.316
Reservas de lucros		49.308	40.950	49.308	40.950
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora		138.554	131.555	138.554	131.555
Participação dos não controladores		-	-	(1.446)	(1.446)
Total do patrimônio líquido		138.554	131.555	137.108	130.109
Total do passivo e patrimônio líquido		230.638	224.698	230.647	224.704

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Industrial Cataguases

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita líquida	24	177.119	176.744	177.123	176.748
Custos das vendas	25	(154.220)	(149.894)	(154.220)	(149.894)
Lucro bruto		22.899	26.850	22.903	26.854
Despesas com vendas	25	(22.677)	(23.596)	(22.677)	(23.596)
Despesas administrativas	25	(17.405)	(16.691)	(17.465)	(16.753)
Outras despesas operacionais, líquidas	26	5.085	(1.914)	5.385	(1.918)
Prejuízo operacional		(12.098)	(15.351)	(11.854)	(15.413)
Receita financeira		41.464	31.667	41.474	31.703
Despesa financeira		(22.258)	(28.951)	(22.262)	(28.953)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	27	19.206	2.716	19.212	2.750
Resultado de equivalência patrimonial	11	247	(60)	-	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		7.355	(12.695)	7.358	(12.663)
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	78	651	72	644
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	(142)	7.978	(139)	7.978
Lucro líquido (prejuízo) do exercício das operações continuadas		7.291	(4.066)	7.291	(4.041)
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	30	-	-	-	(50)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		7.291	(4.066)	7.291	(4.091)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível a:					
Participação dos acionistas controladores	29	7.291	(4.066)	7.291	(4.066)
Participação dos acionistas não-controladores		-	-	-	(25)
Prejuízo do exercício		7.291	(4.066)	7.291	(4.091)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - R\$		<u>50,18</u>	<u>(27,98)</u>		
Resultado por ação ordinária		50,14	(27,98)		
Resultado por ação preferencial		55,00	(27,98)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Industrial Cataguases

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.291	(4.066)	7.291	(4.091)
Atualização do passivo atuarial	260	55	260	55
Efeito fiscal sobre atualização do passivo atuarial	(88)	(19)	(88)	(19)
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	7.463	(4.030)	7.463	(4.055)
Resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas não controladores			-	(25)
Acionistas controladores			7.463	(4.030)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Industrial Cataguases
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Notas	Reserva de lucros				Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido da controladora	Participação dos não controladores no patrimônio líquido da controladora	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção	Reserva para incentivos fiscais					
Em 1º de janeiro de 2018	73.289	6.606	37.127	-	-	18.544	135.566	(1.421)	134.145
Dividendos não reclamados	-	-	19	-	-	-	19	-	19
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	1.264	(1.264)	-	-	-
Reclassificação de reserva	-	-	(12.366)	12.366	-	-	-	-	-
Atualização do passivo atuarial	-	-	-	-	-	36	36	-	36
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(4.066)	-	(4.066)	(25)	(4.091)
Absorção do prejuízo	-	-	(2.802)	-	2.802	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	73.289	6.606	21.978	12.366	-	17.316	131.555	(1.446)	130.109
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	1.531	(1.531)	-	-	-
Atualização do passivo atuarial	-	-	-	-	-	172	172	-	172
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.291	-	7.291	-	7.291
Destinações:									
Reserva legal	-	441	-	-	(441)	-	-	-	-
Reserva para incentivos fiscais	-	-	-	6.525	(6.525)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios - propostos	-	-	-	-	(464)	-	(464)	-	(464)
Reserva de retenção de lucro	-	-	1.392	-	(1.392)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	73.289	7.047	23.370	18.891	-	15.957	138.554	(1.446)	137.108

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Industrial Cataguases

Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro/prejuízo antes da tributação sobre o lucro		7.355	(12.695)	7.358	(12.663)
Resultado de operações descontinuadas		-	-	-	(50)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais					
Depreciação	13	5.973	6.048	5.994	6.068
Amortização de ativos intangíveis	14	271	309	271	309
Amortização do direito de uso	-	194	-	194	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	590	(553)	590	(552)
Atualização provisões para riscos	21	130	961	130	960
Despesas financeiras líquidas não realizadas	17	6.769	9.676	6.769	9.676
Reversão despesa financeira	21	-	(3.247)	-	(3.247)
Resultado de equivalência patrimonial	11(c)	(247)	60	-	-
Valor residual de ativos permanentes baixados	13	740	528	740	528
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	258	(443)	258	(443)
Outros		172	(332)	(128)	(332)
Aumento/diminuição de ativos operacionais					
Contas a receber de clientes	7	2.818	4.428	2.818	4.428
Estoque	8	24.335	(2.491)	24.334	(2.490)
Impostos a recuperar	9	(34.827)	(1.142)	(34.827)	(1.142)
Depósitos judiciais	21	(78)	86	(78)	86
Partes relacionadas	18	(469)	2.665	(469)	2.665
Outros ativos	10	(1.081)	(239)	(1.087)	(241)
Aumento/diminuição de passivos operacionais					
Fornecedores	15	(1.537)	5.304	(1.536)	5.302
Obrigações tributárias	19	1.520	(668)	1.520	(684)
Partes relacionadas	18	451	(891)	451	(891)
Outros passivos		2.816	(1.683)	2.813	(1.682)
Passivos de operações descontinuadas	31	-	-	2	26
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais					
		16.153	5.681	16.117	5.631
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais					
		11.107	1.591	11.071	1.541
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Títulos e valores mobiliários	6	1.872	(1.171)	1.872	(1.171)
Aquisições de investimento	11(c)	(69)	(28)	(77)	(27)
Recebimento de dividendos	11(c)	140	-	-	-
Aquisições de imobilizado	13	(2.021)	(2.319)	(2.021)	(2.319)
Aquisição de intangível	14	(524)	(569)	(524)	(569)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento					
		(602)	(4.087)	(750)	(4.086)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Empréstimos tomados	17	46.826	52.671	46.826	52.671
Pagamento de empréstimos e financiamentos	17	(54.154)	(64.238)	(54.154)	(64.238)
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamento					
		(7.328)	(11.567)	(7.328)	(11.567)
Aumento (redução) em caixa e equivalente de caixa					
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	5	10.705	24.768	10.890	25.002
Caixa e Bancos - moeda nacional	5	3.898	1.064	3.899	1.099
Caixa e Bancos - moeda estrangeira	5	8.582	3.568	8.582	3.568
Aplicações Financeiras	5	1.402	6.073	1.402	6.223
Caixa e equivalente de caixa ajustados no fim do exercício	5	13.882	10.705	13.883	10.890
Aumento (redução) em caixa e equivalente de caixa					
		3.177	(14.063)	2.993	(14.112)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Industrial Cataguases

Demonstração do valor adicionado para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas				
Receita bruta deduzida de ajuste a valor presente cliente				
	214.845	224.178	214.849	224.182
Outras receitas	26 19.913	3.678	20.213	3.678
Descontos, abatimentos e devoluções	24 (4.492)	(11.955)	(4.492)	(11.955)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7(b) (258)	443	(258)	443
	<u>230.008</u>	<u>216.344</u>	<u>230.312</u>	<u>216.348</u>
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	- (114.498)	(95.763)	(114.991)	(95.825)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	- (51.268)	(45.084)	(51.268)	(45.084)
Perda/Recuperação de valores ativos	- 200	152	200	152
Valor adicionado bruto	<u>64.442</u>	<u>75.649</u>	<u>64.253</u>	<u>75.591</u>
Depreciação, amortização e exaustão	13,14 (6.438)	(6.357)	(6.459)	(6.377)
Valor adicionado líquido gerado	<u>58.004</u>	<u>69.292</u>	<u>57.794</u>	<u>69.214</u>
Resultado de equivalência patrimonial	11(c) 247	(60)	-	-
Receitas financeiras	27 41.464	31.667	41.474	31.703
Valor adicionado total a distribuir	<u>99.715</u>	<u>100.899</u>	<u>99.268</u>	<u>100.917</u>
Pessoal				
Remuneração direta	- 45.164	49.939	45.164	49.939
Benefícios	- 5.618	7.323	5.618	7.323
FGTS	- 2.566	3.013	2.566	3.013
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	- 15.001	13.801	15.005	13.809
Estaduais	- 7	16	7	16
Municipais	- 50	168	59	176
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	27 22.258	28.951	22.262	28.953
Aluguéis	- 229	435	229	435
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	464	-	-	-
Lucros retidos/prejuízo do período	8.358	(2.747)	8.358	(2.747)
Distribuição do valor adicionado	<u>99.715</u>	<u>100.899</u>	<u>99.268</u>	<u>100.917</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais – MR\$, exceto os valores por ação ou quando mencionado de outra forma)

1. Informações gerais

A Companhia Industrial Cataguases (“Companhia”) constituída como uma “Sociedade Anônima” domiciliada no Brasil, com a sede social localizada na Praça José Inácio Peixoto, nº 28, bairro Vila Tereza – Cataguases – MG, tem por atividade principal a fabricação, comércio, importação e exportação de fios e tecidos, de matérias-primas e produtos intermediários, têxteis, bem como a fabricação, a comercialização, a importação e a exportação de confeccionados em geral.

A Sociedade controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações (“Domínio” ou “Controlada”), constituída em 22 de setembro de 1998, cujo capital social foi totalmente integralizado em imóveis de natureza residencial, tem como objetivo a corretagem, a administração, a locação, a compra, a venda e a incorporação de bens imóveis.

A emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2020.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº3.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPCs, e que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota nº 2.1 (c):

(a) Declaração de conformidade

(i) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC e conforme as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(ii) Demonstrações contábeis individuais da Controladora

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo IASB. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Estimativas e premissas significativas são utilizadas, principalmente: **(a)** na constituição de provisões para riscos (considerações na Nota nº 21); **(b)** na constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes (considerações na Nota nº 7-b); na constituição de provisão para perda de estoques (considerações na Nota nº 8-a); na constituição de provisão para prêmio aposentadoria (considerações na Nota nº 20-a).

(d) Apresentação de informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento.

Tendo em vista que todas as decisões são tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os produtos são produzidos na linha têxtil, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um segmento para divulgação: a produção e comercialização de produtos têxteis e afins para o mercado externo e interno.

3. Políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, salvo disposição em contrário.

(a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, de acordo com o Pronunciamento Técnico – CPC 36, e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada a seguir relacionada:

	Percentagem de participação	
	2019	2018
Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.	99,98%	99,98%

As demonstrações contábeis consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de Companhia controlada.

A controlada é consolidada a partir da data de formação ou de aquisição, sendo esta a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. O exercício social da controlada é coincidente com o da Controladora, e as demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do

período é atribuído aos proprietários da Controladora e à participação dos não controladores.

Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Investimentos em controladas (demonstração financeira individual)

Investimentos em empresas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações contábeis individuais da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas (direta e indireta), são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Controladora em suas controladas. A Controladora determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Controladora calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

(c) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

(d) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a dividendos mínimos de 12% sobre o capital social ou 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias, dos dois o maior.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo, ao final do exercício social.

(e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

(f) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

(g) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em 31 de dezembro de 2006 e avaliação a custo atribuído em 1º de janeiro de 2009.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui: **a)** o custo de materiais e mão de obra direta; **b)** outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; **c)** e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado.

Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

A Administração efetuou a revisão da vida útil dos seus bens e não foi necessário efetuar ajustes à depreciação. As vidas úteis médias estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas a seguir:

	Anos
Edificações	20
Máquinas e equipamentos	16,4
Instalações	18,5
Móveis e utensílios	5
Veículos	5
Intangível	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Para os intangíveis de vida útil definida, que são substancialmente softwares, esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada em cinco anos, com base no método linear de amortização.

(i) Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado pelo valor do bem e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo valor das parcelas obrigatórias do contrato, deduzido, em conta redutora, dos juros implícitos, os quais são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

(j) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos estoques é baseado custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

(k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e da sua controlada, exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixas futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de imposto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para finalidade de testar o valor recuperável os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou UGC). A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2019.

(ii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(l) Benefícios a empregados

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, participação nos lucros e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

A Companhia concede abono de aposentadoria a ser pago conforme acordo coletivo de trabalho aos empregados que vierem a se desligar por motivo de aposentadoria, seja especial ou por tempo de serviço.

(m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se existe uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

(n) Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do pedido de venda. Considera transferido os riscos e benefícios para vendas no mercado interno o momento do aceite do cliente no documento fiscal e para o mercado externo na averbação da exportação.

(o) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Os dividendos recebidos de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento, nas demonstrações contábeis individuais.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

(p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente

de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2016 optou pela tributação presumida para o imposto de renda e contribuição social.

(q) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

(r) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para alguns não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(s) Propriedade para investimento

Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimentos são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço.

Ganho ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício que forem gerados.

(t) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período subsidiado

desde que atendidas as condições do IAS 20 em consonância com CPC 07 – “Subvenções e assistências governamentais”. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para redução do ICMS foram registradas no resultado do exercício na rubrica deduções da receita bruta.

(u) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber, depósitos judiciais, ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) de passivo financeiro

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Companhia são extintas ou canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

4. Novas normas, alterações e interpretações de normas contábeis

IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” (CPC 06 (R2) – a nova norma substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os impactos foram analisados e o efeito encontra-se registrado.

IFRIC 23/ICPC 22 – “Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro” – emitida em maio de 2017, surge com o intuito de esclarecer a contabilização de posições fiscais que poderão não ser aceitas pelas autoridades fiscais relativos às matérias de IRPJ e CSLL. Em linhas gerais, o principal ponto de análise da interpretação refere-se à probabilidade de aceitação do Fisco sobre o tratamento fiscal escolhido pela Companhia. A IFRS 23/ICPC 22 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou a interpretação e não houve impactos materiais na adoção desta interpretação.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos - moeda nacional	3.898	1.064	3.899	1.099
Caixa e bancos - moeda estrangeira	8.582	3.568	8.582	3.568
Aplicações financeiras	1.402	6.073	1.402	6.223
	13.882	10.705	13.883	10.890

Resultado de 2019



As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a aplicações em certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa com remuneração média de 63,50% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2019. Essas aplicações estão concentradas em bancos de 1ª linha, classificada pelas principais agências de *rating*.

6. Títulos e valores mobiliários

	Controladora e consolidado	
	2019	2018
Títulos e valores mobiliários	1.504	3.376
Circulante	316	1.342
Não circulante	1.188	2.034

Referem-se substancialmente a certificado de depósito bancário, títulos de capitalização e fundos de renda fixa remunerados à taxa média de 96,93% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Existem aplicações financeiras dadas em garantia à empréstimos (FGPP, cédula de crédito de exportação e cédula de crédito bancário) no montante de R\$ 273 em 31 de dezembro de 2019 (2018: R\$ 1.279).

7. Contas a receber de clientes

	Controladora e consolidado	
	2019	2018
Mercado interno	30.171	30.611
Mercado externo	6.712	9.090
	36.883	39.701
Ajuste a valor presente (a)	(964)	(782)
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (b)	(5.030)	(4.772)
	30.889	34.147

Os valores a receber por vencimento estão detalhados na tabela a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2019	2018
Duplicatas a vencer	29.837	33.013
Duplicatas vencidas		
De 01 a 30 dias	1.018	1.359
De 31 a 60 dias	918	464
De 61 a 90 dias	80	93
Acima de 90 dias	5.030	4.772
	36.883	39.701

(a) O ajuste a valor presente é calculado para operações com vencimento médio de 62 dias.

Foi utilizada a taxa média de desconto para o mercado interno de 1,25% ao mês, para vendas com

Resultado de 2019



prazo menor ou igual a 30 dias, 2% ao mês para vendas com prazo até 60 dias e 2,2% ao mês para vendas com prazo maior que 60 dias. Para o mercado externo foi utilizada a taxa de 0,368% ao mês. Essas taxas correspondem às taxas efetivas repassadas nas operações a prazo;

(b) Movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora e consolidado			
	2018	Adições	Baixas	2019
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	4.772	522	(264)	5.030
	4.772	522	(264)	5.030

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseia gerencialmente em títulos vencidos há mais de 90 dias.

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Produtos acabados	17.287	29.965	17.465	30.142
Produtos em processamento	12.348	21.498	12.348	21.498
Matérias-primas	9.978	11.380	9.978	11.380
Almoxarifado	3.041	4.146	3.041	4.146
	42.654	66.989	42.832	67.166
Perda estimada de estoque	(3.604)	(3.804)	(3.604)	(3.804)
	39.050	63.185	39.228	63.362

(a) Movimentação da perda estimada de estoque:

	Controladora e consolidado			
	2018	Adições	Baixas	2019
Perda estimada de estoque	3.804	11.984	(12.184)	3.604
	3.804	11.984	(12.184)	3.604

9. Impostos a recuperar

	Controladora e consolidado	
	2019	2018
IR/CS a recuperar	17	397
IR/CS parcelamento Paex	2.338	2.272
PIS Cofins sobre exclusão do ICMS na base de cálculo (i)	41.979	5.524
PIS	69	114
Cofins	375	582
INSS	44	1.129
Outros impostos	305	282
	45.127	10.300
Circulante	7.494	3.721
Não circulante	37.633	6.579

Resultado de 2019



(i) Transitou em julgado em 17 de maio de 2019 ação proposta pela Companhia em 2000 contra a Fazenda Nacional (União) pleiteando a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Através do Despacho Decisório no. 285/2019-RFB/VR06A/DICRED/CREDFAZJUD foi deferido o pedido de habilitação do crédito, para compensação com débitos origem fazendárias. O valor histórico do crédito apurado, lançado em outras receitas operacionais (nota 27) foi de R\$19.249, e sua atualização monetária lançada em receitas financeiras (nota 28) foi R\$21.754.

É oportuno salientar que a Companhia adota o entendimento dominante de que o crédito apurado corresponde ao valor de ICMS destacado nas notas fiscais. Contudo o assunto pende de pacificação pelo Supremo Tribunal Federal, tendo em vista interpretação da Receita Federal do Brasil, manifestada através da Solução COSIT nº 13/2018, no sentido de que o crédito deverá ser apurado de acordo com o valor efetivamente recolhido pelos contribuintes. A Corte Constitucional deverá dirimir em julgamento de Recurso Especial designado para o dia 01 de abril de 2020 sobre a modulação dos efeitos e espera-se que seja julgado conjuntamente sobre qual parcela do imposto estadual deve ser excluída da base de cálculo das contribuições do pis e cofins.

10. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Adiantamento a despachantes aduaneiros	171	245	171	244
Despesas antecipadas	228	258	229	259
Adiantamento à funcionários (i)	999	1.386	999	1.386
Outros	534	65	591	120
	1.932	1.954	1.990	2.009

(i) Refere-se basicamente a adiantamento de férias coletivas R\$ 558 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.170 em 31 de dezembro de 2018).

11. Investimentos (Controladora)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Avaliados ao custo	199	130	379	302
Avaliados pela equivalência patrimonial	4.168	4.061	-	-
	4.367	4.191	379	302

(a) Informações sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial

O saldo referente ao investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial refere-se, em sua totalidade, às quotas de capital da controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.

	2019	2018
Quotas possuídas - Domínio Imobiliária	4.165.617	4.165.617
Patrimônio líquido	4.169	4.062
Lucro líquido (prejuízo) do período	247	(60)
% de participação	99,98	99,98

Resultado de 2019



Domínio Imobiliária	2019	2018
Ativo	5.677	5.571
Passivo	1.508	1.509
Patrimônio líquido	4.169	4.062
Receita líquida	4	4
Lucro líquido (prejuízo) do período	247	(60)

(b) Informações sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial – controlada indireta

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. constituiu desde o exercício de 2011, participação de 51% da Caporena Comércio de Camisas Ltda., cujo objeto social principal é a compra, venda, comercialização, distribuição, importação e exportação de peças de vestuário e de acessórios de vestuário com marca própria. O Conselho de Administração da Companhia, depois de analisar a operação da referida sociedade sob os aspectos societário, estratégico e financeiro deliberou, por unanimidade, descontinuar a operação, em razão de: **(i)** dificuldades na obtenção de informações mercadológicas, de planejamento, estratégia de produto e vendas e outras gerenciais sobre o negócio; **(ii)** desalinhamento estratégico; **(iii)** ausência de plano de negócios; **(iv)** utilização do nome e credibilidade da Companhia no negócio, sem a obtenção de contrapartida satisfatória; **(v)** vício formal de sua constituição. Atualmente estão sendo tomadas providências pela nova diretoria, atendendo determinação do Conselho de Administração, para encerramento da mesma nos órgãos federais, estaduais, municipais, previdenciários e junta comercial (considerações na Nota nº 30).

	2019	2018
Quotas possuídas - Caporena	5.100	5.100
Patrimônio líquido	(2.955)	(2.952)
Prejuízo no período	-	(50)
% de participação	51	51

(c) Movimentação dos investimentos

	2019	2018
Saldo inicial	4.191	4.223
Resultado de equivalência patrimonial	247	(60)
Dividendos pagos	(140)	-
Integralização de capital por distribuição de sobras	69	28
Saldo final	4.367	4.191

12. Propriedade para investimento

	Controladora	
	2019	2018
Imóveis (b)	930	900
	930	900

Resultado de 2019



	Consolidado	
	2019	2018
Terrenos (a)	3.300	3.000
Imóveis (b)	930	900
	4.230	3.900

- (a) Refere-se a um terreno da controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda., localizado no bairro Menezes, que possui valor justo de R\$ 3.300;
- (b) Refere-se a imóvel adquirido que teve sua propriedade consolidada em nome da Companhia, na forma do art. 27, parágrafo 6º da Lei nº 9514/97 em 21 de junho de 2010, em decorrência do não cumprimento do contrato de confissão de dívida com alienação fiduciária do imóvel em referência, celebrada via escritura pública com o devedor da Companhia. O referido imóvel foi arrendado em 2010, a receita reconhecida no resultado no período findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 44 (2018: R\$ 41). O seu valor justo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 930 (2018: R\$ 900).

A Companhia avaliou o valor justo do imóvel e dos terrenos e considera que o valor contábil apresentado está próximo do valor justo.

13. Imobilizado

	Controladora					
	2019			2018		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	5.134	-	5.134	5.134	-	5.134
Edificações	42.487	(21.505)	20.982	42.003	(19.531)	22.472
Máquinas e equipamentos	169.437	(122.852)	46.585	174.465	(125.373)	49.092
Instalações	23.454	(10.970)	12.484	23.307	(10.282)	13.025
Móveis e utensílios	10.389	(9.290)	1.099	10.288	(8.853)	1.435
Veículos	2.442	(2.260)	182	2.436	(2.187)	249
Reflorestamento	23	(5)	18	23	(3)	20
Imobilizado em formação	2.223	-	2.223	1.972	-	1.972
	255.589	(166.882)	88.707	259.628	(166.229)	93.399

	Consolidado					
	2019			2018		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	5.134	-	5.134	5.134	-	5.134
Edificações	43.011	(21.577)	21.434	42.527	(19.582)	22.945
Máquinas e equipamentos	169.437	(122.852)	46.585	174.465	(125.373)	49.092
Instalações	23.454	(10.970)	12.484	23.307	(10.282)	13.025
Móveis e utensílios	10.389	(9.290)	1.099	10.288	(8.853)	1.435
Veículos	2.442	(2.259)	183	2.436	(2.186)	250
Reflorestamento	23	(5)	18	23	(3)	20
Imobilizado em formação	2.223	-	2.223	1.972	-	1.972
	256.113	(166.953)	89.160	260.152	(166.279)	93.873

Resultado de 2019



Movimentação do ativo imobilizado conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

	Controladora					2019
	2018	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	
Terrenos	5.134	-	-	-	-	5.134
Edificações	22.472	-	(1.975)	-	485	20.982
Máquinas e equipamentos	49.092	200	(2.786)	(706)	785	46.585
Instalações	13.025	-	(696)	(26)	181	12.484
Móveis e utensílios	1.435	91	(442)	(8)	23	1.099
Veículos	249	4	(72)	-	1	182
Reflorestamento	20	-	(2)	-	-	18
Imobilizado em formação	1.972	1.726	-	-	(1.475)	2.223
	93.399	2.021	(5.973)	(740)	-	88.707

	Consolidado					2019
	2018	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	
Terrenos	5.134	-	-	-	-	5.134
Edificações	22.945	-	(1.996)	-	485	21.434
Máquinas e equipamentos	49.092	200	(2.786)	(706)	785	46.585
Instalações	13.025	-	(696)	(26)	181	12.484
Móveis e utensílios	1.435	91	(442)	(8)	23	1.099
Veículos	250	4	(72)	-	1	183
Reflorestamento	20	-	(2)	-	-	18
Imobilizado em formação	1.972	1.726	-	-	(1.475)	2.223
	93.873	2.021	(5.994)	(740)	-	89.160

	Controladora					2018
	2017	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	
Terrenos	5.134	-	-	-	-	5.134
Edificações	24.110	-	(1.967)	-	329	22.472
Máquinas e equipamentos	51.503	60	(2.758)	(185)	472	49.092
Instalações	13.202	5	(694)	(8)	520	13.025
Móveis e utensílios	1.801	151	(520)	(26)	29	1.435
Veículos	360	-	(109)	(2)	-	249
Reflorestamento	20	-	-	-	-	20
Imobilizado em formação	1.302	2.103	-	(83)	(1.350)	1.972
	97.432	2.319	(6.048)	(304)	-	93.399

Resultado de 2019



	Consolidado					2018
	2017	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	
Terrenos	5.134	-	-	-	-	5.134
Edificações	24.604	-	(1.987)	-	328	22.945
Máquinas e equipamentos	51.503	61	(2.757)	(185)	470	49.092
Instalações	13.202	5	(695)	(8)	521	13.025
Móveis e utensílios	1.801	151	(520)	(26)	29	1.435
Veículos	360	-	(109)	(2)	1	250
Reflorestamento	20	-	-	-	-	20
Imobilizado em formação	1.302	2.102	-	(83)	(1.349)	1.972
	97.926	2.319	(6.068)	(304)	-	93.873

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia, através de seu corpo técnico, efetuou análise para identificar a eventual existência de indicadores de *impairment* e efetuou a revisão da vida útil remanescente do seu ativo imobilizado. Não há indicação sobre existência de *impairment*, bem como não foi identificada a necessidade de alteração do plano de depreciação.

Em 1º de janeiro de 1998 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia adotou o custo atribuído ao ativo imobilizado, os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por empresa especializada com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. O saldo remanescente do valor justo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 16.490 (2018: R\$ 18.020). A contrapartida do saldo foi registrada no patrimônio líquido, no grupo de "Ajuste de avaliação patrimonial", líquidos dos impostos incidentes.

14. Intangível

	Controladora e consolidado					
	2019			2018		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software	9.904	(9.462)	442	9.696	(9.191)	505
Intangível em formação	1.009	-	1.009	693	-	693
	10.913	(9.462)	1.451	10.389	(9.191)	1.198

Movimentação do ativo intangível conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

	(% - Taxa de amortização)	Controladora e consolidado					2019
		2018	Adições	Amortização	Baixas	Transf.	
Software	20	505	208	(271)	-	-	442
Intangível em formação	-	693	316	-	-	-	1.009
		1.198	524	(271)	-	-	1.451

Resultado de 2019



Controladora e consolidado							
(%) - Taxa de amortização	2017	Adições	Amortização	Baixas	Transf.	2018	
Software	20	841	101	(309)	(128)	-	505
Intangível em formação		321	468	-	(96)	-	693
		1.162	569	(309)	(224)	-	1.198

O intangível da Companhia está composto por softwares e gastos necessários à sua implantação.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores nacionais	12.967	14.189	12.968	14.189
Fornecedores internacionais	1	316	1	316
	12.968	14.505	12.969	14.505
Ajuste a valor presente	(106)	(154)	(106)	(154)
	12.862	14.351	12.863	14.351

A Companhia opera com prazo médio de pagamento junto a seus fornecedores de aproximadamente 30 dias.

O ajuste a valor presente é calculado utilizando o vencimento efetivo dos títulos, sendo descontado à taxa de 0,77% ao mês, que corresponde à taxa efetiva repassada nas operações a prazo.

16. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

(a) Composição dos tributos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativos fiscais diferidos				
Provisão para contingências	372	594	372	594
Provisão para perdas esperadas/estimadas nos ativos	2.930	2.986	2.930	2.986
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa – CSLL	13.320	13.641	13.320	13.641
Outras	2.208	1.921	2.208	1.921
	18.830	19.142	18.830	19.142
Passivos fiscais diferidos				
Avaliação valor justo	3.842	4.347	3.842	4.347
Custo atribuído – outros	4.652	4.936	4.652	4.936
Diferença de depreciação fiscal - contábil (i)	9.090	9.153	9.090	9.153
Outras	-	19	-	22
	17.584	18.455	17.584	18.458
Efeito líquido	1.246	687	1.246	684

Resultado de 2019



- (i) Refere-se a IRPJ e CSLL diferidos sobre a diferença entre os encargos de depreciação calculados com base nas taxas previstas em atos normativos da Receita Federal do Brasil (RFB) e aqueles apurados no resultado contábil.

A Companhia, após revisão de seu direcionamento estratégico que resultou em um processo de reestruturação operacional e, com base em plano de negócios e projeções futuras deste mesmo processo, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de provisões temporariamente não dedutíveis, créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos dez anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o conseqüente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações, nas premissas utilizadas no processo de reestruturação e na preparação do plano de negócios, a Administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2019	-	3.887	-	3.887
2020	2.974	2.148	2.974	2.148
2021	1.586	1.443	1.586	1.443
2022	1.286	1.460	1.286	1.460
2023	1.473	2.056	1.473	2.056
2024	1.856	1.904	1.856	1.904
2025	2.167	1.763	2.167	1.763
2026	2.427	1.632	2.427	1.632
2027	2.532	1.511	2.532	1.511
2028	2.529	1.338	2.529	1.338
	18.830	19.142	18.830	19.142

(b) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	7.355	(12.695)	7.358	(12.663)
IRPJ/CSLL apurados com base nas alíquotas nominais - 34%	(2.501)	4.316	(2.502)	4.305
Equivalência patrimonial	84	(20)	-	-
Doações Instituto Francisca de Souza Peixoto	(29)	(83)	(29)	(83)
Outras doações	(27)	(71)	(27)	(71)
Subvenção para investimentos	2.219		2.219	
Outros	190	4.487	272	4.471
IRPJ e CSLL no resultado do exercício - corrente	78	651	72	644
IRPJ e CSLL no resultado do exercício - diferido	(142)	7.978	(139)	7.978

Resultado de 2019



17. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Controladora e consolidado			
		Taxa de juros (ao ano)	Venc	2019	2018
CCE/NCE	USD	4,6% a 5,29%	2019	-	3.260
CCE/NCE	R\$	CDI + juros de 4,90% a 5,75%	2019	-	7.479
CCE Dolar	USD	CDI + juros de 4,55%	2019	-	4.894
CCE - % de CDI	R\$	159% de CDI	2022	-	5.005
BNDES FINAME	R\$	TJLP + 5,4%	2027	496	535
BNDES FINAME	R\$	3,5% a 6%	2021	968	1.514
CCB	R\$	Selic + juros de 4,5% a 4,75%	2026	2.866	4.171
CCB	R\$	CDI + juros de 3,65% a 5,5357%	2025	20.779	12.134
CCB	R\$	164% de CDI	2024	4.805	-
CCB pré - fixada	R\$	10,55% a 11,6161%	2020	5.725	-
FGPP	R\$	9,5% A 12%	2020	2.177	4.297
PPE	USD	7,25%	2024	10.482	10.213
Operação desconto de duplicatas	R\$	20,27%	2019	-	401
Total geral				48.298	53.903
Circulante				12.181	25.247
Não circulante				36.117	28.656

A Companhia não possui contratos de empréstimo com cláusulas restritivas.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora e consolidado	
	2019	2018
2020	-	14.159
2021	10.721	9.086
2022	10.595	5.113
2023	6.731	65
2024	6.875	233
2025 e demais anos	1.195	-
	36.117	28.656

Em garantia aos empréstimos e financiamentos foram oferecidos os seguintes ativos, apresentados a seguir ao seu valor de mercado, conforme laudos preparados pelas próprias instituições financeiras:

	Controladora e consolidado	
	2019	2018
Hipoteca de imóveis	24.651	17.060
Alienação fiduciária de imóveis	8.995	9.406
Duplicatas a receber de clientes caucionadas	16.114	13.885
Estoques	4.046	5.603
Imobilizado	4.128	3.934
Aplicação financeira	273	1.279
	58.207	51.167

Resultado de 2019



A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado						
	2018	Adições	Pagamento de principal	Despesa de juros	Pagamento de juros	Varição cambial	2019
BNDDES FINAME	1.514	-	(545)	44	(45)	-	968
BNDDES FINAME (TJLP)	535	-	(29)	56	(66)	-	496
CCB CDI	12.134	20.594	(12.057)	1.652	(1.544)	-	20.779
CCB CDI	-	4.803	-	2	-	-	4.805
CCB Selic	4.171	-	(1.323)	346	(328)	-	2.866
CCE Dolar	4.894	6.000	(11.706)	656	(809)	965	-
CCE/NCE CDI	7.479	-	(7.458)	242	(263)	-	-
Operação desconto de duplicatas	401	2.170	(2.571)	-	-	-	-
FGPP	4.297	3.984	(6.325)	603	(382)	-	2.177
CCE/NCE Dólar	3.260	-	(3.298)	36	-	2	-
PPE Dolar	10.213	-	-	773	(905)	401	10.482
Operação 4131 - Dolar	-	3.575	(3.843)	186	(160)	242	-
CCE	5.005	-	(4.999)	460	(466)	-	-
CCB pré-fixada	-	5.700	-	103	(78)	-	5.725
Total geral	53.903	46.826	(54.154)	5.159	(5.046)	1.610	48.298

18. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e sua controlada, acionistas e empresas que possuem relacionamentos com os membros da Administração.

	Moeda	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo circulante					
Partes relacionadas					
Catexil Comércio e Representações Têxteis Ltda.	(a) Real	253	-	253	-
Peixoto de Mattos Comércio de Têxteis	(a) Real	216	-	216	-
Caporena Comércio de Camisas Ltda.	(a) Real	172	172	-	-
(-) Caporena Comércio de Camisas Ltda. - PCLD	(a) Real	(172)	(172)	-	-
		469	-	469	-
Passivo circulante					
Partes relacionadas					
1001 Ind. de Artefatos de Borracha Ltda.	(e) Real	4	5	4	5
Beca Representações Comerciais	(a) Real	102	134	102	134
Catriz Empreendimentos Ltda.	(a) Real	87	75	87	75
Energisa S/A	(b) Real	638	2	638	2
Zoom Consultoria & Negócios Ltda.	(a) Real	74	94	74	94
		905	310	905	310
Não circulante					
Beca Representações Comerciais	(a) Real	35	76	35	76
Catriz Empreendimentos Ltda.	(a) Real	53	126	53	126
Zoom Consultoria & Negócios Ltda.	(a) Real	22	52	22	52
		110	254	110	254

Resultado de 2019



	Moeda	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Resultado operacional					
Partes relacionadas:					
1001 Ind. De Artefatos de Borracha Ltda.	(e) Real	(95)	(61)	(95)	(61)
B&C Com. Tecidos Assess. e Art. Confec. Ltda.	(a) Real	226	422	226	422
Beca Representações Comerciais	(a) Real	(263)	(408)	(263)	(408)
Bip Comércio de Tecidos Acess. Vestuário e Conf.	(a) Real	113	263	113	263
Catextil Comercio e Representações Texteis Ltda.	(a) Real	590	570	590	570
Catriz Empreendimentos Ltda.	(a) Real	-	(26)	-	(26)
Energisa S/A	(b) Real	(8.695)	(6.448)	(8.695)	(6.448)
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	(c) Real	-	(65)	-	(65)
Ferreira Cardoso Vasconcelos Teodoro Advogados	(f) Real	(150)	(35)	(150)	(35)
Multisom Radio Cataguases Ltda.	(d) Real	(3)	8	(3)	8
Peixoto de Mattos Comércio de Texteis	(a) Real	1.194	718	1.194	718
Zoom Consultoria & Negócios Ltda.	(a) Real	(193)	(201)	(193)	(201)

- (a) Refere-se às operações de venda de mercadorias conforme estabelecido em tabela de preço, contrato de representação comercial ao percentual de 3% nas vendas para atacadista, 3,5% para confeccionista, 2% para clientes “decisão”, considerados lojistas, detentores de marcas e grifes que realizam negócios com a Companhia, e se utilizam de serviços de terceiros para facção de seus produtos, 1,5% para clientes “compra”, considerados aqueles que prestam serviço de facção aos clientes decisão e contra os quais são faturadas as mercadorias definidas por estes últimos nas vendas conjugadas e 6% para a 1ª e 2ª venda a novos clientes e verba indenizatória devida em razão da rescisão da representação comercial;
- (b) Refere-se à distribuição de energia elétrica suportado por contrato;
- (c) Refere-se ao depósito caução efetuado como garantia ao contrato de compra de energia elétrica, aplicado pela Energisa com rendimentos incorporados ao saldo. O valor retido em garantia foi liberado em janeiro de 2018 em função de troca do fornecedor de energia;
- (d) Refere-se aos serviços de divulgação publicitária;
- (e) Refere-se à prestação de serviços de conserto;
- (f) Refere-se aos valores do acompanhamento de processo e serviços eventuais de consultoria tributária.

Resultado de 2019



19. Obrigações tributárias

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
IRPJ a recolher	312	-
CSLL a recolher	198	-
Contrib. Previd. sobre receita	218	156
ICMS	75	56
PIS	132	-
Cofins	852	19
CIDE sobre remessas externas	-	6
Outros tributos a recolher	24	17
IRPJ/CSLL	239	253
PIS	11	11
INSS	431	448
Outros	163	169
	2.655	1.135
Circulante	1.900	338
Não circulante	755	797

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
2020	-	79
2021	83	79
2022	83	79
2023	83	79
2024	83	79
2025 e demais anos	423	402
	755	797

20. Provisões diversas

	Controladora e consolidado	
	2019	2018
Provisões com pessoal	2.508	2.986
Provisão prêmio aposentadoria	2.342	2.926
Comissões a agentes mercado externo	756	616
Comissões a representantes mercado interno	477	481
Provisão indenização representantes mercado interno	2.477	100
Provisão indenização representantes mercado externo	-	218
	8.560	7.327
Circulante	6.218	4.401
Não circulante	2.342	2.926

(a) Benefícios pós-emprego

A avaliação atuarial referente à mensuração do compromisso atribuído à Companhia Industrial Cataguases, está relacionado a provisão para prêmio aposentadoria, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 33 R1, aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, que trata da contabilização de Benefícios a Empregados.

O valor atual de obrigações de prêmio aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o prêmio aposentadoria, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do prêmio aposentadoria.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do prêmio aposentadoria. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do governo, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações do prêmio aposentadoria.

A Companhia firmou Acordo Coletivo de Trabalho que estabelece na Cláusula 10ª o pagamento de um abono de Aposentadoria nas seguintes condições:

Será concedido, exclusivamente ao empregado que vier a se desligar das empresas, por motivo de aposentadoria, seja especial, seja por tempo de serviço, um prêmio equivalente ao valor de seu salário nominal multiplicado pelo coeficiente correspondente ao número de anos trabalhados.

O prêmio definido será equivalente a 10 salários nominais quando o empregado contar com o tempo ininterrupto de serviço prestado às mesmas empresas equivalente a: 25 anos, em caso de aposentadoria especial; 30 anos, em caso de empregada, com aposentadoria por tempo de serviço e 35 anos, em caso de empregado com aposentadoria por tempo de serviço.

Composição e movimentação dos saldos do plano de benefício definido:

Conciliação da obrigação de benefício definido	2019	2018
Obrigação de benefício definido no início do ano	2.926	3.035
Custo do serviço corrente (parte patronal)	84	84
Custo dos juros	176	209
Benefícios pagos	(583)	(347)
(Ganho) perda atuarial - remensurações devido a	(260)	(55)
Mudanças de premissas demográficas e econômicas	(130)	85
Mudanças de premissas financeiras	96	38
Ajustes de experiência	(226)	(177)
Obrigação de benefício definido no final do ano	2.342	2.926
Conciliação do valor justo dos ativos do Plano	2019	2018
Contribuições do empregador	583	347
Benefícios pagos	(583)	(347)

Resultado de 2019



Montantes reconhecidos na demonstração de resultados	2019	2018
Montantes reconhecidos na demonstração de resultados do exercício		
Custo do serviço corrente (parte patronal)	84	84
Custo líquido dos juros	176	209
Custo do benefício pós-emprego no período	260	292
Custo total reconhecido em ORA no início do ano	4.015	4.015
Perdas (ganhos) atuariais	(260)	-
Custo total reconhecido em ORA	3.755	4.015
Montantes reconhecidos no balanço	2019	2018
Valor presente das obrigações não fundeadas	(2.342)	(2.926)
(Passivo) ativo líquido inicial	(2.342)	(2.926)
(Passivo) ativo líquido reconhecido	(2.342)	(2.926)
Conciliação do ativo (passivo) líquido	2019	2018
Ativo (passivo) líquido no início do ano	(2.926)	(3.035)
Custo líquido no período	(259)	(293)
Ganhos (perdas) atuariais líquidas de capital	260	55
Contribuições do empregador para o plano	583	347
Ativo (passivo) líquido no final do ano	(2.342)	(2.926)
Premissas adotadas (final do ano)	2019	2018
Taxa de desconto (nominal)	6,34%	8,50%
Retorno esperado dos ativos do plano	6,34%	8,50%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	4,52%	4,77%
Inflação projetada	4,00%	4,25%
Idade média prevista na aposentadoria	48 F/53 M	48 F/53 M
Base de dados utilizada na mensuração do passivo de fim de ano	2019	2018
Data efetiva	31/10/2019	31/10/2018
Participantes ativos (passivo principal)	1.062	1.398
Número total de participantes	1.062	1.398
Período de amortização	2019	2018
Média esperada de vida de trabalho restante	16,45	17,11
Período médio até que os benefícios sejam adquiridos	16,45	15,11
<i>Duration</i> da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	3,73	3,11

Resultado de 2019



Informação adicional	2019	2018
Ganho (perda) atuarial total	260	-
Ganho (perda) atuarial - mudança de premissas financeiras	(96)	-
Ganho (perda) atuarial - mudança de premissas demográficas	130	-
Ganho (Perda) atuarial - ajuste de experiência	226	-
Outras premissas atuariais materiais (descrição):	2019	2018
Rotatividade anual projetada dos empregados	16.08%	14,09%
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000
Tábua entrada em invalidez	Álvaro Vindas-50%	Álvaro Vindas-50%
Projeção do fluxo de caixa	2019	2018
Pagamentos de benefícios esperados	1.756	1.600
Contribuições esperadas do empregador	1.756	1.600
Valores acumulados dos ganhos ou perdas atuariais	2019	2018
(Ganho) perda atuarial das obrigações	(260)	(55)
(Ganho) perda atuarial no final do ano	(260)	(55)
Ganho (perda) atuarial líquida a ser reconhecida	(260)	(55)

Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de rotatividade (decréscimo de 1% a.a. no percentual adotado) e taxa de desconto (decréscimo e acréscimo de 1% a.a. no percentual adotado), além da premissa de crescimento salarial (acrécimo de 1% no percentual adotado), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Análise de sensibilidade (em %)

- Decréscimo de 1% na taxa de desconto: variação positiva de 2,59% montante da obrigação;
- Acrécimo de 1% na taxa de desconto: variação negativa de 2,34% no montante da obrigação;
- Decréscimo de 1% na rotatividade: variação positiva de 3,16% no montante da obrigação;
- Acrécimo de 1% na taxa de crescimento salarial: variação positiva de 2,35% no montante da obrigação.

As análises de sensibilidade acima baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o período anterior.

21. Provisões para riscos e depósitos judiciais

Nas datas das informações contábeis, a Companhia apresentava as seguintes provisões para riscos e depósitos judiciais:

Resultado de 2019



	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
	Provisão para riscos	Provisão para riscos
Tributárias	311	304
Trabalhistas	1.095	1.747
Outras	4.785	3.657
	6.191	5.708
(-) Depósito Judicial Vinculado	(256)	(493)
Provisão para risco líquida de depósito judiciais	5.935	5.215
Depósitos judiciais Outros	734	656

A movimentação das provisões para riscos e dos depósitos judiciais é como segue:

	Controladora e Consolidado					2019
	2018	Adição	Baixa	Transferência	Atualização	
Provisão	5.708	2.735	(2.382)	-	130	6.191
Depósitos judiciais vinculados	(493)	(10)	247	-	-	(256)
	5.215	2.725	(2.135)	-	130	5.935
Depósitos judiciais outros	656	117	(39)			734

A Companhia e sua controlada são parte (polo passivo) em ações judiciais perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Considerando o prognóstico dos processos judiciais em andamento classificados em perda provável, possível ou remota, realizado pelos nossos assessores legais, registramos a provisão para perdas prováveis. Portanto, uma contingência é reconhecida em nosso balanço quando: **(a)** a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como consequência de um evento passado; **(b)** é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; **(c)** o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco exigidas e analisadas caso a caso, de acordo com consultas realizadas junto aos nossos assessores legais e consultores jurídicos internos. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e sua controlada possuíam processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante aproximado de R\$ 5.127 (2018: R\$ 2.241), referentes a causas de natureza cível, tributária e trabalhista que não estão provisionados.

Do montante de riscos destacamos os principais processos:

(a) Trabalhista

Refere-se à revisão do risco de perda pelo advogado responsável pelas reclamações trabalhistas da Companhia cujo objeto refere-se a intervalo intrajornada, adicional de insalubridade, dentre outros.

(b) Outras

Ação Rescisória nº 2306, ajuizada perante o STF, com intuito de desconstituição parcial da coisa julgada e com nova apreciação única e exclusivamente da questão relacionada aos honorários de sucumbência arbitrados no valor de R\$ 3.780, devido a uma ação ordinária (24.97.108265-6 –

3ª Vara da Fazenda Estadual de BH) onde se buscava originariamente o reconhecimento de crédito de ICMS; processos administrativos oriundos dos autos de infração nº 214.360.80-6, 214.360.81-4, 214.360.79-2 e 214.360.78-4 e da notificação de débito de nº 201.117.827, todos lavrados pela fiscalização do extinto Ministério do Trabalho e Emprego, atual Secretaria do Trabalho, em 13 de março de 2018 no valor de R\$ 1.005.

22. Instrumentos financeiros derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía operação de *swap*.

Operações	2018		Taxas		Valor justo		
	Período (meses)	Juros	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Líquido
Dólar x taxa pré	12 meses	Períodos de 12 meses	Variação cambial + 7,76%	CDI + 4,55%	-	(292)	(292)

Operações	2019		Taxas		Valor justo		
	Período (meses)	Juros	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Líquido
		Período	Variação cambial	-	-	-	-

23. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 145.307 ações sendo 144.198 ações ordinárias e 1.109 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, no montante total de R\$ 73.289 em 31 de dezembro de 2019 (2018: R\$ 73.289). As ações preferenciais não têm direito a voto, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital em caso de amortização de ações e na liquidação da Companhia, bem como terão dividendos mínimos de 12% sobre o capital social ou 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias, dos dois o maior.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data da transição e as reavaliações de bens do ativo imobilizado em 2006, da controladora e controlada, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da realização dos ativos a que se referem.

(c) Reserva legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto, à razão de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social.

(d) Reserva de retenção

Constituída com a parcela do lucro líquido do exercício remanescente após as destinações previstas no estatuto da Companhia, para fins de reforço de capital de giro e expansão dos negócios.

(e) Reserva para incentivos fiscais

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia iniciou a constituição da reserva para incentivos fiscais, de acordo com a LC 160/2017, que alterou a Lei nº 12973/14 Artigo 30º parágrafo 4º

Resultado de 2019



Conforme art. 443 do RIR/99 esse valor foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL e somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízos ou ser incorporado ao capital social, não podendo ser distribuído aos acionistas ou sócios.

(f) Dividendos

De acordo com o estatuto social, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício social findo em 31 de dezembro um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado não cumulativo, na forma da Lei das Sociedades por Ações, desde que haja valores disponíveis. A Administração está propondo a distribuição de dividendos, conforme segue:

	2019
Lucro líquido do exercício	7.291
Realização da reserva de reavaliação líquida de tributos	1.531
Reserva legal (5%)	(441)
Reserva para incentivo fiscal	(6.525)
Lucro líquido ajustado	1.856
Dividendos Propostos (25%)	464

24. Receita líquida

Seguem abaixo abertura da receita operacional bruta e conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Vendas de produtos no mercado interno	192.164	198.575	192.168	198.579
Vendas de produtos no mercado externo	32.407	35.536	32.407	35.536
Impostos sobre vendas	(39.759)	(41.055)	(39.759)	(41.055)
Subvenções governamentais - ICMS	6.525	5.576	6.525	5.576
Devoluções e abatimentos	(4.492)	(11.955)	(4.492)	(11.955)
Ajuste a valor presente clientes	(9.726)	(9.933)	(9.726)	(9.933)
Total da receita	177.119	176.744	177.123	176.748

25. Custos e despesas operacionais

Por natureza	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Pessoal, administradores e entidade de previdência privada	(51.737)	(53.031)	(51.737)	(53.031)
Custo das matérias-primas, materiais e serviços adquiridos	(107.796)	(111.960)	(107.796)	(111.960)
Comissões sobre venda	(4.495)	(4.462)	(4.495)	(4.462)
Fretes de vendas	(3.461)	(3.962)	(3.461)	(3.962)
Depreciações e amortizações	(6.243)	(6.350)	(6.294)	(6.371)
Ajuste a valor presente - fornecedores	1.459	1.885	1.459	1.885
Outros	(22.029)	(12.301)	(22.038)	(12.342)
Total das despesas	(194.302)	(190.181)	(194.362)	(190.243)

Resultado de 2019



Por função	Consolidado			
	Controladora			
	2019	2018	2019	2018
Operações continuadas				
Custo dos produtos vendidos	(154.220)	(149.894)	(154.220)	(149.894)
Despesas com vendas	(22.677)	(23.596)	(22.677)	(23.596)
Despesas administrativas	(17.405)	(16.691)	(17.465)	(16.753)
Total das despesas	(194.302)	(190.181)	(194.362)	(190.243)

26. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Outras receitas				
Cessão de crédito de energia	22	1.087	22	1.087
Reversão provisão PIS e Cofins sobre outras receitas	-	309	-	309
Crédito extemporâneo de PIS e Cofins	-	756	-	756
Ganhos na alienação de imobilizado	284	293	284	293
Aluguel	44	41	44	41
Processo restituição-INSS cooperativas de trabalho	-	676	-	676
Reversão provisão honorários	-	166	-	166
Indenização por diferença de mercado	241	-	241	-
PIS Cofins sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo - nota 9	19.249	-	19.249	-
Outras receitas	73	350	373	350
	19.913	3.678	20.213	3.678
Outras despesas				
Cessão de crédito de energia	(1.565)	(1.495)	(1.565)	(1.495)
Despesa com contingência trabalhista	(1.537)	(656)	(1.537)	(656)
Provisão de risco em ações trabalhistas	652	915	652	915
Provisão para perda de estoque	196	152	196	152
PIS e Cofins sobre outras receitas	(1.084)	(301)	(1.084)	(301)
PIS, Cofins, CIDE sobre remessas externas	(150)	(112)	(150)	(112)
Penalidade contratual	(358)	(173)	(358)	(173)
Provisão para prêmio aposentadoria	(259)	(269)	(259)	(269)
Contribuição Fundo Algodões	(98)	(90)	(98)	(90)
Processo FGTS e Contrib.Social	(1.005)	-	(1.005)	-
ICMS sobre outras saídas	(110)	(104)	(110)	(104)
Depreciação – <i>leasing</i>	-	(7)	-	(7)
Perda por ociosidade (i)	(5.384)	(3.010)	(5.384)	(3.010)
Indenização trabalhista (ii)	(3.816)	-	(3.816)	-
Outras despesas	(310)	(442)	(310)	(446)
	(14.828)	(5.592)	(14.828)	(5.596)
Total outras receitas (despesas), líquidas	5.085	(1.914)	5.385	(1.918)

(i) Ociosidade no custo dos produtos fabricados reclassificada para outras despesas operacionais;

(ii) Adequação de pessoal de produção e administrativo para situação atual de mercado.

Resultado de 2019



27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Reversão do ajuste a valor presente clientes	9.542	10.146	9.542	10.146
Ganhos com variações cambiais	6.530	14.287	6.530	14.287
Reversão despesa de juros-Horizontes Energia	-	3.247	-	3.247
Juros com aplicações financeiras	304	929	314	939
Juros s/atualização impostos e contribuições	117	-	117	-
Atualização Pis Cofins s/exclusão do sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo - nota 9	21.754	-	21.754	-
Atualização saldo INSS sobre cooperativas de trabalho	-	395	-	395
Ganho com operação swap	2.567	1.596	2.567	1.596
Outras receitas financeiras	650	1.067	650	1.093
	41.464	31.667	41.474	31.703
Despesas financeiras				
Perdas com variações cambiais	(7.805)	(15.788)	(7.805)	(15.788)
Juros com empréstimos e financiamentos	(5.162)	(5.204)	(5.162)	(5.204)
Reversão do ajuste a valor presente fornecedores	(1.507)	(1.841)	(1.507)	(1.841)
Deságio sobre antecipação de recebíveis	(2.020)	(2.027)	(2.020)	(2.027)
Atualização de processos judiciais	(98)	(960)	(98)	(960)
Perda com Operação Swap	(1.777)	(1.268)	(1.777)	(1.268)
Deságio sobre realização de crédito ICMS	(1.530)	-	(1.530)	-
Outras despesas financeiras	(2.359)	(1.863)	(2.363)	(1.865)
	(22.258)	(28.951)	(22.262)	(28.953)
Resultado financeiro líquido	19.206	2.716	19.212	2.750

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Instrumentos financeiros classificados por categoria:

Ativo	Instrumentos financeiros classificados por categoria											
	Controladora											
	2019				2018							
	Ativos ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Ativos ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total				
Caixa e equivalente caixa	13.882	-	-	13.882	10.705	-	-	10.705				
Títulos e valores mobiliários	-	1.504	-	1.504	-	3.376	-	3.376				
Contas a receber e outros recebíveis	-	-	30.889	30.889	-	-	34.147	34.147				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-				
Depósitos judiciais	-	-	734	734	-	-	656	656				
	13.882	1.504	31.623	47.009	10.705	3.376	34.803	48.884				
Passivo	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado				Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado							
	Total				Total							
	2019				2018							
	Total				Total							
Empréstimos e financiamentos	48.298			48.298			53.903			53.903		
Fornecedores	12.862			12.862			14.351			14.351		
	61.160			61.160			68.254			68.254		

Resultado 2019



Instrumentos financeiros classificados por categoria

Ativo	Consolidado									
	2019				2018					
	Ativos ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Ativos ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total		
Caixa e equivalente caixa	13.883	-	-	13.883	10.890	-	-	10.890		
Títulos e valores mobiliários	-	1.504	-	1.504	-	3.376	-	3.376		
Contas a receber e outros recebíveis	-	-	30.889	30.889	-	-	34.147	34.147		
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-		
Depósitos judiciais	-	-	734	734	-	-	656	656		
	13.883	1.504	31.623	47.010	10.890	3.376	34.803	49.069		
Passivo	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado				Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado					
					Total					
					Total					
Empréstimos e financiamentos					48.298	48.298				
Fornecedores					12.863	12.863				
					61.161	61.161				
							68.254	68.254		

Não houve reclassificações entre categorias dos instrumentos financeiros durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos descritos a seguir:

(a) Exposição a riscos cambiais

Existem valores a receber e a pagar denominados em dólares norte-americanos e euros, portanto, expostos a riscos relacionados à variação do câmbio. Os principais ativos e passivos sujeitos aos riscos cambiais estão a seguir discriminados e não apresentam diferenças entre os valores justos e os contábeis.

- **Contas a receber** – a Companhia possui saldo de contas a receber em moeda estrangeira referente às vendas a outros países em que atua. Em 31 de dezembro de 2019, monta em R\$ 6.712, equivalente a 574 mil euros e 6.138 mil dólares norte-americanos (2018: R\$9.090, equivalente a 297 mil euros e 2.004 mil dólares norte-americanos);
- **Empréstimos e financiamentos** – conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 17, estão acrescidos dos encargos pactuados até as datas dos balanços, totalizando um saldo de passivo no montante de R\$ 10.482 em 31 de dezembro de 2019, equivalente a 2.600 mil dólares norte-americanos (2018: R\$ 18.230, equivalente a 4.670 mil dólares-americanos). Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não comprou dólares no mercado futuro.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e sua controlada estão expostas a taxas de juros flutuantes substancialmente atrelados às variações do CDI nas aplicações financeiras contratadas em reais e nos empréstimos em moeda nacional.

(c) Concentração de risco de crédito

A Companhia e sua controlada estão expostas a possíveis perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada definiram em sua política de gestão de riscos parâmetros para análise das situações financeiras e patrimonial de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a qual opera, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldo de bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação de “*commodities*”, taxas de câmbio, taxas de juros, índices de preços e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis são apresentadas a seguir:

(i) Seleção de riscos

A Companhia selecionou dois riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, como: **(1)** a taxa de câmbio dólar norte-americano-real e euro-real; **(2)** a taxa do CDI e da Selic.

(ii) Seleção dos cenários

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia incluiu na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável, um possível e um remoto, que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Não foi considerado o impacto global nas operações da Companhia. Dado que a Companhia administra sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar norte-americano contra o real podem ser compensados ou ampliados por efeitos opostos nos resultados operacionais da Companhia. O cenário provável considera altas de 10% da cotação do dólar norte-americano-real/euro-real.

Os cenários possíveis e remotos consideram altas de 25% e 50%, respectivamente, da cotação do dólar norte-americano-real e Euro-real em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2019.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2019 seja mantido que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI a 5,96% a.a., Selic a 6,42% a.a., dólar a 4,0307 e euro a 4,5305) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição em R\$ mil	Risco	Controladora		
			Cenário I (Deterioração de 10%)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros expostos ao Câmbio					
Contas a receber mercado externo	574	Alta Euro	631	790	948
Contas a receber mercado externo	6.138	Alta Dólar	6.752	8.440	10.127
Empréstimos e financiamentos	(10.482)	Alta Dólar	(11.530)	(14.413)	(17.295)
Subtotal	(3.770)		(4.147)	(5.183)	(6.220)
Instrumentos financeiros expostos a variação do CDI e da Selic					
Aplicações financeiras no mercado aberto	2.906	Alta CDI	3.197	3.996	4.795
Empréstimos e financiamentos	(25.584)	Alta CDI	(28.142)	(35.177)	(42.213)
Empréstimos e financiamentos	(2.866)	Alta Selic	(3.153)	(3.941)	(4.729)
Subtotal	(25.544)		(28.098)	(35.122)	(42.147)
Total	(29.314)		(32.245)	(40.305)	(48.367)
Efeito no resultado			(2.931)	(10.991)	(19.053)

Resultado de 2019



Instrumentos	Exposição em R\$ mil	Risco	Consolidado		
			Cenário I (Deterioração de 10%)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros expostos ao Câmbio					
	574	Alta	631	790	948
Contas a receber mercado externo		Euro			
	6.138	Alta	6.752	8.440	10.127
Contas a receber mercado externo		Dólar			
	(10.482)	Alta	(11.530)	(14.413)	(17.295)
Empréstimos e financiamentos		Dólar			
Subtotal	(3.770)		(4.147)	(5.183)	(6.220)
Instrumentos financeiros expostos a variação do CDI e da Selic					
Aplicações financeiras no mercado aberto	2.906	Alta	3.197	3.996	4.795
		CDI			
	(25.584)	Alta	(28.142)	(35.177)	(42.213)
Empréstimos e financiamentos		CDI			
	(2.866)	Alta	(3.153)	(3.941)	(4.729)
Empréstimos e financiamentos		Selic			
Subtotal	(25.544)		(28.098)	(35.122)	(42.147)
Total	(29.314)		(32.245)	(40.305)	(48.367)
Efeito no resultado			(2.931)	(10.991)	(19.053)

Mensuração do valor justo

O IFRS 7 define valor justo como preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou mercado mais vantajoso para ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para a mensuração do valor justo. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Esses ativos incluem investimentos em títulos privados e públicos. Os ativos da Companhia mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos à divulgação conforme os requerimentos do IFRS 7 em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são os seguintes:

	Mensuração a valor justo – Controladora e consolidado		
	Preço cotado em mercados ativos para ativos idênticos	Preço cotado em mercados não ativos para ativos similares	Registros não observáveis
2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo			
Títulos e valores mobiliários	1.504	1.504	-
	1.504	1.504	-

	Mensuração a valor justo – Controladora e consolidado		
	Preço cotado em mercados ativos para ativos idênticos	Preço cotado em mercados não ativos para ativos similares	Registros não observáveis
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	2018		
Ativo			
Títulos e valores mobiliários	3.376	3.376	-
	3.376	3.376	-

(a) Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais, considerando os requerimentos legais e estatutários.

29. Lucro líquido (prejuízo) por ação

O resultado por ação foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida no período findo em 31 de dezembro de 2019 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação neste período, comparativamente com o período findo em 31 de dezembro de 2018, conforme o quadro abaixo. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, não houve alteração na quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação e também não existem situações que possam provocar diluição.

Em milhares de reais	2019			2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Resultado do período	7.230	61	7.291	(4.035)	(31)	(4.066)
Lucro/ (Prejuízo) atribuível aos acionistas	7.230	61	7.291	(4.035)	(31)	(4.066)
Número efetivo de ações	144.198	1.109	145.307	144.198	1.109	145.307
Resultado por ação básico e diluído- R\$	50,14	55,00	50,18	(27,98)	(27,95)	(27,98)

30. Operações descontinuadas

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2011 constituiu participação de 51% da empresa Caporena Comércio de Camisas Ltda., cujo objeto social principal é a compra, venda, comercialização, distribuição, importação e exportação de peças de vestuário e de acessórios de vestuário com marca própria.

Resultado de 2019



As principais classes de ativos e passivos a serem descontinuados da Caporena Comércio de Camisas Ltda. são:

	2019	2018
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	-	-
Contas a receber de clientes	6	6
	6	6
Não circulante		
Imobilizado	1	1
	1	1
Total do ativo	7	7
Passivo circulante		
Fornecedores e outras contas a pagar (a)	631	631
	631	631
Não circulante		
Outros passivos (a)	2.328	2.328
	2.328	2.328
Patrimônio líquido		
Capital social	10	10
Prejuízos acumulados	(2.962)	(2.962)
	(2.952)	(2.952)
Total do passivo	7	7

(a) Nestes montantes existem saldos devidos a Companhia que foram eliminados na consolidação das informações contábeis, sendo apresentado o saldo de R\$ 1.454 como passivos de operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2019 (2018: R\$ 1.452).

O resultado do período da Caporena Comércio de Camisas Ltda. é apresentado a seguir:

Demonstração de resultado	2019	2018
Receita líquida	-	-
Custo de produtos	-	-
Lucro bruto	-	-
Despesas comerciais, gerais e administrativas	-	-
Resultado financeiro	-	(50)
Outras despesas operacionais	-	-
Prejuízo do período da operação descontinuada	-	(50)

Os fluxos de caixas líquidos incorridos pela Caporena Comércio de Camisas Ltda. são:

Fluxo de caixa líquido das operações descontinuadas	2019	2018
Provenientes das operações	-	-
Utilizados nas atividades de investimento	-	-
Utilizados nas atividades de financiamento	-	-

31. Remuneração dos administradores

Foram fixados pela AGO/E realizada em 29 de abril de 2019, a remuneração anual e global dos administradores da Companhia a vigorar de março de 2019 a abril de 2020 em até R\$ 3.710 (em até R\$ 3.570 no período de março de 2018 a abril de 2019).

Órgão	Controladora e consolidado - 2019				
	Nº de membros	Honorários	Remuneração variável	Previdência privada	Assist. médica
Conselho de Administração	5	569	-	-	-
Conselho Fiscal	3	149	-	-	-
Diretoria	4	1.493	-	-	102
	12	2.211	-	-	102

Órgão	Controladora e consolidado - 2018				
	Nº de membros	Honorários	Remuneração variável	Previdência privada	Assist. médica
Conselho de Administração	5	632	-	-	-
Conselho Fiscal	3	197	-	-	-
Diretoria	4	1.652	-	78	68
	12	2.481	-	78	68

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

32. Transações que não afetaram o caixa e equivalente de caixa

A Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades que não afetaram caixa e equivalentes de caixa, e essas atividades não foram incluídas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Baixa provisão para contingências com depósitos judiciais	(188)	(188)	(541)	(541)
	(188)	(188)	(541)	(541)

33. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía as seguintes apólices de seguros contratadas junto a terceiros:

Ramos	Importâncias seguradas	Prêmio
Incêndio de bens do imobilizado e avarias nos estoques	194.629	345
Veículos	3.487	15
Responsabilidade civil diretoria D&O	30.000	38
Responsabilidade civil	20.000	7
Fiança locatícia	276	5
Crédito de exportação	3.703	123
Transporte – importação	4.164	(*)
Transporte – exportação	1.249	(*)

(*) O prêmio é calculado pela taxa prevista na apólice, no valor de 0,055% aplicável aos Embarques Aquaviários, Terrestres e Aéreos. A referida taxa aplica-se a todas as verbas seguráveis.

34. Eventos Subsequentes

Conforme Nota Explicativa 17 – Empréstimos e Financiamentos, a Companhia possui contratos na modalidade CCB Pré – Fixada, no valor liberado de R\$ 5.700 firmado junto ao Banco Bradesco S.A., os referidos contratos possuíam vencimento em 27/01/2020, primeiramente em 30 de janeiro de 2020 foi realizado um novo contrato com o objetivo de alterar o vencimento da dívida, e a renovação integral da operação com o mesmo banco, foi aprovada pela Administração em 20 de fevereiro de 2020, sendo o novo contrato de nr. 237/3505/5700 com as seguintes características i) prazo total de 60 meses (sessenta meses); ii) carência de 12 meses mediante o pagamento de juros mensais iii) amortização 48 meses com fluxo escalonado); iv) custos: Taxa Pós Fixada de CDI (Certificado de Depósito Bancário) + 4,4066% a.a. + IOF 0,38% (flat) + IOF 1,5% a.a. (conforme legislação), resultando em um C.E.T.: CDI (Certificado de Depósito Bancário) +5,413% a.a.; e, v) Garantias: 100% hipoteca imóvel Matrícula 11.079 (Unidade de Fiação) + 50% Cessão Fiduciária de duplicatas e vi) Covenants (Consistentes na obrigação de não distribuir dividendos equivalentes ao percentual de 75% do lucro líquido disponível para esse fim, pelo prazo de 60 meses, a contar da assinatura da presente cédula e/ou aditamento, sob pena de vencimento antecipado da dívida). Foram atendidas as condições previstas no Artigo 22º, par. único, incisos XV, XVI, XVII e XVIII do Estatuto Social da Companhia. Por unanimidade o Conselho de Administração deliberou pela convocação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, que deverá se realizar no dia 06/04/2020, às 09:00, na sede social da Companhia, e que o Diretor de Relações com Investidores publicasse e disponibilizasse aos acionistas os documentos societários que se fizessem necessários para sua realização, conforme o §3º do art. 135 da Lei das S/A e observando os procedimentos previstos na Instrução CVM nº 481/09, com a seguinte ordem do dia: “Apreciar os Covenants constantes da Cédula de Crédito Bancário, emitida em face do Banco Bradesco S.A., de indiscutível importância à Companhia, que estabelecem que a destinação do lucro líquido contemple apenas o dividendo mínimo obrigatório”.

Efeitos dos Coronavírus nas demonstrações contábeis

A Companhia vem acompanhando diariamente as notícias sobre o COVID-19 e seus efeitos sobre a comunidade, empresas e mercados, principalmente em segmentos que possam afetar direta ou indiretamente os negócios, bem como seus colaboradores e parceiros. Até este momento não foi possível quantificar efeitos que levassem a uma revisão de suas projeções e tampouco justificassem uma revisão do valor de seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2019. Estaremos acompanhando a evolução e tomando todas as medidas possíveis para minimizar os impactos em nossos negócios e esperamos que as medidas tomadas pelas autoridades e pela sociedade em geral possam conter a expansão desenfreada do vírus no Brasil e no mundo.

Conselho de Administração

José Inácio Peixoto Neto
Presidente

Herbert Steinberg
Vice-Presidente

Carlos Manoel Castro de Mattos
Conselheiro

Jorge Nagib Amary Junior
Conselheiro

Vicente Moliterno Neto
Conselheiro

Conselho fiscal

Flávio Stamm
Conselheiro

Glaysen Ferreira Cardoso
Conselheiro

Paulo Henrique Laranjeira da Silva
Conselheiro

Diretoria

Danny Siekierski
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Gino Julio Bergamini
Diretor Administrativo e Financeiro

Marcos Aurélio de Sousa Rodrigues
Diretor Técnico-Industrial

Tiago Inácio Peixoto
Diretor Comercial

Responsável técnico(a)

Jussara do Carmo Milane Sousa
Contadora
CRC-MG 068665-0

* * *

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Industrial Cataguases
Cataguases – MG

**Grant Thornton Auditores
Independentes**

Praça Carlos Chagas, 49 – 4º andar
Santo Agostinho | Belo Horizonte |
MG | Brasil
T +55 31 3289.6000
www.grantthornton.com.br

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia Industrial Cataguases (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Industrial Cataguases em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Benefício pós emprego (Nota nº 20)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

A Companhia possui compromissos relacionados a benefícios pós-emprego, compostos de prêmio de aposentadoria por tempo de serviço, o qual equivale ao valor do salário nominal multiplicado pelo coeficiente correspondente ao número de anos trabalhados. Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente das obrigações referentes ao compromisso atribuído soma R\$ 2.342 mil.

Mantivemos essa área como foco em nossa auditoria, pois a obrigação do benefício pós emprego foi determinada com base em premissas que requerem julgamento e cálculos atuariais.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Entre outros procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas atuários, realizamos os seguintes principais procedimentos:

- Entendemos e avaliamos as principais premissas atuariais utilizadas pela Administração para cálculo dos compromissos relacionados ao prêmio por aposentadoria. Adicionalmente, realizamos testes com o intuito de observar a integridade e completude da base de dados utilizada para o mencionado cálculo atuarial;
- Em conjunto com nossos especialistas atuariais, comparamos as premissas-chaves com dados e parâmetros de mercado;
- Realizamos ainda, um cálculo independente de valorização do plano de benefícios considerando as premissas-chaves equivalentes divulgadas pelo mercado;
- Avaliamos a razoabilidade das respectivas divulgações, em notas explicativas em aderência aos requisitos das normas contábeis aplicáveis;

Os procedimentos de auditoria não revelaram ajustes contábeis. Assim, consideramos que as premissas utilizadas na determinação da provisão do benefício pós-emprego foram adequadas, e que as informações divulgadas nas notas explicativas estão consistentes com a documentação fornecida pela Administração, quando analisadas no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisões para riscos (Nota nº 21)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária e trabalhista, para os quais a Administração estima os valores envolvidos, faz divulgações e registra provisão em seu balanço nos casos em que considera que haverá perda provável.

Essa área permanece como foco de nossa auditoria, devido a relevância, complexidade, aspectos subjetivos e julgamentos críticos exercidos pela Administração na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, na mensuração e definição de reconhecimento e/ou divulgação de uma provisão. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação, a constituição de provisão e as divulgações em notas explicativas.

Atualizamos, também, o entendimento sobre o modelo de cálculo adotado, que considera a avaliação histórica de perda em processos da mesma natureza e prognósticos fornecidos por consultores jurídicos.

Efetuamos procedimentos de confirmação de informações com os escritórios de advocacia externos que patrocinam os processos judiciais e administrativos em relação à avaliação do prognóstico, à totalidade das informações e ao valor das provisões. Para as causas significativas, discutimos com a Administração e seus consultores jurídicos a razoabilidade do prognóstico de perda.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para riscos foram adequado, e as divulgações efetuadas são consistentes com as posições dos consultores jurídicos quando analisadas no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 19 de março de 2020

Daniel Menezes Vieira
CT CRC 1MG-078.081/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Industrial Cataguases, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no art.163, da Lei. 6.404/76, examinou as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, a Proposta de destinação dos resultados e o Orçamento de Capital, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Com base nos documentos examinados, nas informações e esclarecimentos prestados pela administração. Considerando os fatos registrados nas atas de reuniões deste Conselho Fiscal, nas deliberações da reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de março de 2020 e no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis, emitido sem ressalvas, datado de 19 de março de 2020, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

A realização dos resultados projetados para a Companhia depende do sucesso dos planos da Administração para reestabelecer a lucratividade e dos impactos decorrentes do Covid-19, mencionado na nota explicativa nº 34 das Demonstrações Financeiras.

Nos termos do Art. 163 – II da Lei 6.404/76, o Conselho Fiscal enfatiza: i) a importância da efetiva realização dos Ativos Fiscais Diferidos; ii) a importância da manifestação pelo STF – Supremo Tribunal Federal, acerca dos embargos da AGU – Advocacia Geral da União nos autos em que se discute a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS; iii) a aprovação da Assembleia Geral Extraordinária da Condição de limitação dos dividendos aos Acionistas em empréstimo previamente contratado pela Administração junto a Banco Bradesco S/A, conforme detalhado nas Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Ns 16(a), 09 e 34.

São Paulo, 23 de março de 2020.

Flavio Stamm

Paulo Henrique Laranjeira da Silva

Glaydson Ferreira Cardoso

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Relativo ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, do período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 19 de março de 2020.

Danny Siekierski

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Gino Julio Bergamini

Diretor Administrativo e Financeiro

Marcos Aurélio Sousa Rodrigues

Diretor Industrial

Tiago Inácio Peixoto

Diretor Comercial

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Relativo ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, do período de 1º de janeiro de 2019 a 30 de dezembro de 2019, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 19 de março de 2020.

Danny Siekierski

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Gino Julio Bergamini

Diretor Administrativo e Financeiro

Marcos Aurélio Sousa Rodrigues

Diretor Industrial

Tiago Inácio Peixoto

Diretor Comercial

PROPOSTA PARA ORÇAMENTO DE CAPITAL RELATIVO AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2020

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES, para fins do disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei 10.303/01 (Lei das S.A.), bem como em observância ao Estatuto Social da Companhia, submeterá à apreciação de Vossas Senhorias, na Assembleia Geral Ordinária, a proposta de orçamento de capital para o exercício do ano de 2020 no montante de R\$ 14.168.013,90 (Quatorze milhões, cento e sessenta e oito mil, treze reais e noventa centavos) conforme fontes de financiamentos demonstrados abaixo:

Proposta de orçamento de Capital da Companhia Industrial Cataguases	R\$ 14.168.013,90
Fontes de financiamento:	
Reserva de retenção de Lucros	R\$ 1.391.850,69
Outros recursos próprios e/ou de terceiros	R\$ 12.776.163,21

Os recursos supracitados serão investidos durante o exercício de 2020, tendo os mesmos a seguinte classificação:

a) **Obrigatórios:** Investimentos destinados atender normas governamentais e/ou Regulatórias –

R\$ 1.137.760,00 (Um milhão, cento e trinta e sete mil, setecentos e sessenta reais);

b) **Reposição:** Investimentos destinados à manutenção e ou substituição de equipamentos; R\$ 6.737.674,90 (Seis milhões, setecentos e trinta e sete mil, seiscentos e setenta e quatro reais e noventa centavos);

c) **Expansão:** Investimentos destinados ao incremento de negócios em mercados e ou produtos existentes – R\$ 6.092.579,00 (Seis milhões, noventa e dois mil, quinhentos e setenta e nove reais);

d) **Outros:** Investimentos diversos destinados às áreas comercial e industrial - R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais)

Desta forma propomos a deliberação da proposta de orçamento de capital acima.

Cataguases, 19 de março de 2020.

José Inácio Peixoto Neto

Presidente do Conselho de Administração